



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

#### TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0012363-14.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 2362/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 1754/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 258/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **HERALDO DE PINHO SANTANA**

Aos 20 de abril de 2017, às 16:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **HERALDO DE PINHO SANTANA**, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Eduardo Alexandre Morales e André Luiz Corusse, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ação penal é procedente. O réu admitiu que comprou a CNH sem prestar os exames. Por sua vez os policiais confirmaram que a CNH foi exibida pelo réu no patrulhamento. A materialidade vem demonstrada no laudo, que inclusive comprova a falsidade do espelho. Isto posto requero a condenação do acusado nos termos da denúncia. Como é primário poderá ter a sua pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O réu é confesso. A confissão encontra supedâneo nos testemunhos dos policiais. Sendo assim, requer: a pena fixada no mínimo e regime aberto. Em razão do réu ter sofrido acidente que acometeu sua coluna, sendo que se encontra atualmente afastado do trabalho, com aumento de gastos, requer, excepcionalmente a concessão do “sursis”. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. HERALDO DE PINHO SANTANA**, RG 59.415.544, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 304, c.c. o art. 297, “caput”, ambos do Código Penal, porque no dia 12 de dezembro de 2016, por volta das 09h30, na Rodovia Washington Luiz (Km 233 + 600), nesta cidade e comarca, fez uso de documento público falsificado, tal seja, Carteira de Habilitação Nacional (CNH), a que se refere o artigo 297, do Código Penal, com sua própria fotografia e em seu nome. Consoante apurado, há três anos, o denunciado, por não ser habilitado para dirigir veículos automotores, adquiriu na cidade e comarca de Ibaté-SP a CNH, já com seus dados qualificativos e fotografia nela inserida, pelo valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais). Policiais militares realizavam fiscalização pelo local dos fatos, quando avistaram o réu a conduzir o seu veículo Fiat/Strada Working, cor azul, placas DCK-2090-Ibaté-SP, motivo pelo qual decidiram abordá-lo. Solicitada sua documentação pessoal, o denunciado apresentou a Carteira de Habilitação em tela, cuja aparência levantou suspeitas quanto a sua autenticidade. Assim, realizada pesquisa nos sistemas internos da Prodesp (Detran – fls. 19), apurou-se que o acusado não era realmente habilitado para dirigir veículos motorizados, pelo que, então, ele confessou ter adquirido o documento de pessoa desconhecida, denominada apenas por “Celso”. O laudo pericial será juntado posteriormente. O réu foi preso em flagrante, sendo concedida ao mesmo a liberdade provisória mediante imposição de medidas cautelares (pag.62). Recebida a denúncia (pag.77), o réu foi citado (páginas 87/88) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (pag.92/93). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a aplicação da pena mínima com concessão do “sursis”. **É o relatório. DECIDO.** Está cabalmente demonstrado nos autos que o réu fez uso de documento falso. Com efeito, sem realizar os exames necessários adquiriu uma CNH mediante paga de certa quantia. Dirigia um veículo e ao ser abordado por policiais rodoviários exibiu referida CNH, em cuja oportunidade ficou comprovada a falsidade do documento. Não há justificativa para tal conduta e o dolo é inegável. Impõe-se, portanto, a condenação. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, que o réu é primário e ainda confesso, fixo a pena no mínimo, ou seja, em dois anos de reclusão e 10 dias-multa, no valor mínimo, que torno definitiva à falta de outras circunstâncias modificadoras. **Condeno, pois, HERALDO DE PINHO SANTANA, à pena de dois (2) anos de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 10 dias-multa, no valor mínimo, por ter infringido o artigo 304, c.c. artigo 297, do Código Penal.** Presentes os requisitos para aplicação de pena substitutiva. Acontece que o réu sofreu acidente grave e está impossibilitado de prestar serviços à comunidade. Então, presentes os requisitos legais, concedo-lhe o “sursis”, por dois anos, com a obrigação de não mudar de endereço sem prévia comunicação ao juízo e comparecer mensalmente em juízo para justificar suas atividades. A admonitória será realizada oportunamente. Em caso de cumprimento da pena o **regime será o aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):